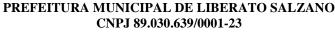
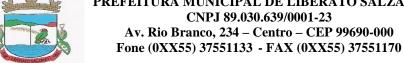
## ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL







Lei Municipal nº 3.377, de 10 de dezembro de 2014.

"AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A ALTERAR E REVOGAR DISPOSITIVOS DAS LEIS MUNICIPAIS NÚMEROS 3.313/2013  $\mathbf{E}$ 3.338/2014 **QUE AUTORIZAM REALIZAR** CONCORRÊNCIAS PÚBLICAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

O PREFEITO MUNICIPAL de Liberato Salzano, Estado do Rio Grande do Sul, Faço Saber, em cumprimento ao disposto no artigo 123, IV, da Lei Orgânica Municipal, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte:

## LEI

- Art. 1°. O artigo 11 da Lei Municipal número 3.313, de 26 de dezembro de 2013, passa a vigorar com as seguintes alterações:
- "Art. 11. Expirado o prazo da concessão, reverterão também ao Município todas as benfeitorias que tiverem sido realizadas ao longo do período da concessão, independentemente de qualquer notificação e sem qualquer ônus ao poder público, porém em caso de retomada dos bens antes de expirado o prazo da concessão, sem que tenha havido infração de qualquer dispositivo desta Lei ou de cláusulas do Termo firmado, o Município deverá notificar as Cessionárias administrativamente com pelo menos 90 (noventa) dias de antecedência e, além disso, deverá indenizá-las quanto aos investimentos que tenham realizado, seja no que tange as benfeitorias ou as máquinas e equipamentos, no entanto, tais investimentos deverão ser comprovados mediante apresentação de nota fiscal."
- Art. 2°. O artigo 12 da Lei Municipal número 3.338, de 15 de abril de 2014, passa a vigorar com as seguintes alterações:
- "Art. 12. Expirado o prazo da concessão, reverterão também ao Município todas as benfeitorias que tiverem sido realizadas ao longo do período da concessão, independentemente de qualquer notificação e sem qualquer ônus ao poder público, porém em caso de retomada dos bens antes de expirado o prazo da concessão, sem que tenha havido infração de qualquer dispositivo desta Lei ou de cláusulas do Termo firmado, o Município deverá notificar as Cessionárias administrativamente com pelo menos 90 (noventa) dias de antecedência e, além disso, deverá indenizá-las quanto aos investimentos que tenham realizado, seja no que tange as benfeitorias ou as máquinas e equipamentos, no entanto, tais investimentos deverão ser comprovados mediante apresentação de nota fiscal."
- Art. 3°. Revoga-se o art. 12 da Lei Municipal n° 3.313, de 26 de dezembro de 2013, e o art. 13 da Lei Municipal nº 3.338, de 15 de abril de 2014.
- Art. 4°. Os demais dispositivos das Leis Municipais números 3.313, de 26 de dezembro de 2013, e 3.338, de 15 de abril de 2014, permanecem com sua redação inalterada.
  - **Art. 5º** Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Wilson Boeni Gewehr de Liberato Salzano, aos 10 dias do mês de dezembro de 2014.

> Gilson De Carli **Prefeito Municipal**

Registre-se. Publique-se Data Supra. Lourdes Valduga Sfredo

Sec. Municipal da Administração